CONCORRÊNCIA E SOCIALISMO

Padre Jules Morel (†1890)

Fonte: *Du prêt à intérêt, ou Des causes théologiques du socialisme*, p. 299–317. Paris: Lecoffre Fils et Cie, 1873.

Tradutor do texto: Elvira Mattoso.

Descrição: Tradução do décimo terceiro capítulo da obra do Padre Morel, no qual sustenta que a usura e a concorrência ilimitada colocam os proletários numa dependência estrutural inevitável em relação ao patrão, anulando, na prática, todas as tentativas modernas de emancipação. Cooperativas, sindicatos e greves são apresentados como paliativos frágeis ou contraproducentes, incapazes de alterar a condição imposta pela concorrência econômica desenfreada. A lógica concorrencial, alimentada pelo crédito a juros, força patrões e trabalhadores a uma luta de sobrevivência que degrada salários, destrói lares, explora mulheres e crianças e elimina o descanso. A especulação financeira substitui a economia real, multiplicando falências e transferindo sistematicamente seus custos ao operariado. A conclusão é teológica e social: apenas a moderação da concorrência, garantida pela lei do domingo e pela proibição da usura, pode conter esse processo desumanizador que transforma o trabalho e o tempo em mercadorias absolutas.

Surge outra questão, ainda mais grave: o que a usura faz dos proletários?

Abaixo do pequeno industrial para quem os capitais usurários são agradáveis como um licor traiçoeiro do qual ele extrai uma força artificial enquanto lhe rói as entranhas, estão os proletários, os trabalhadores manuais, os assalariados que não podem aspirar ao crédito. Não temeremos dizer uma verdade dura, mas inegável, a respeito dos assalariados: eles estão à mercê daqueles que os empregam. E acrescentaremos: e devem estar. Provaremos que devem estar se provarmos que sempre estão, apesar de todos os meios inventados, testados e aplicados com obstinação para subtraí-los dessa condição. Não ignoramos, mais que qualquer outro, os meios inócuos, como as sociedades cooperativas e as câmaras sindicais, nem os meios violentos, como as greves e a Internacional. Mas sabemos também que, após todos esses ensaios, se os meios forem morais, o operário recai quase exatamente no estado de onde queria sair; e que, se os meios forem revolucionários, o segundo estado desses homens torna-se muito pior que o primeiro. Há um movimento geral da indústria que passa seu nível fatal sobre todos esses piedosos desígnios e sobre todas essas convulsões diabólicas.

As sociedades cooperativas transformam um certo número de propriedades privadas em uma propriedade coletiva. Elas trazem a seus membros um consolo e uma emulação que abençoamos de todo o coração. Mas, se os trabalhadores que as compõem não tiverem muito bom senso, e os que as dirigem muita probidade, a discórdia nascerá facilmente em seu seio, e com ela virá prontamente a dissolução; às vezes, bastarão alguns chefes eleitos, mas incapazes para conduzir ao fracasso os mais virtuosos esforços. Como tudo isso é frágil!

Além disso, como já dissemos, a sociedade cooperativa não pode deixar de ser uma propriedade como qualquer outra, embora coletiva, a menos que se institua a grande sociedade cooperativa do gênero humano, que é a última palavra do socialismo e sua extrema loucura. Essa propriedade coletiva será regida pelas mesmas leis que a propriedade privada; manterá com as outras propriedades as mesmas relações e sofrerá as mesmas consequências. Apenas um certo número de individualidades terá sido fundido em unidade. Mas, se a sociedade privada só se sustenta lutando contra a concorrência, a sociedade coletiva não terá outros recursos; e se a concorrência exercer seus estragos, como o faz e fará cada vez mais, o ativo da sociedade cooperativa sofrerá reduções sucessivas que, por sua vez, reduzirão a quase nada a faculdade que ela adquiriu, ao se constituir, de repartir a parte leonina do antigo patrão. E ainda será preciso que ela própria satisfaça seus principais empregados; pois sempre é preciso haver principais — ou um principal!

Além disso, ela terá que lutar contra si mesma. Um exército — e hoje toda indústria é uma batalha — que tem apenas um chefe é muito mais ágil em suas evoluções do que aquele em que todos mandam um pouco mais e obedecem um pouco menos. Ora, os inimigos e concorrentes da sociedade cooperativa serão, por muito tempo ainda, propriedades privadas, governadas por um patrão que será um general ou um ditador. Que vantagem esse senhor único não terá, na maioria das vezes, sobre seus vizinhos da sociedade cooperativa? Cremos, portanto, que o estado dos proletários não será notavelmente modificado pela criação das sociedades cooperativas. Aliás, elas existem; podemos vê-las em ação; podemos também registrar seus resultados. Eles estão longe de nos contradizer, apesar de todo o desejo que teríamos disso.

[Nota d'O Recolhedor: Padre Morel profético.]

Das câmaras sindicais diremos apenas uma palavra: fazem o que podem para colocar em acordo o patrão e o operário, e devem impedir as injustiças mais gritantes. Mas, para além disso, têm as mãos atadas. Dependem, como todo mundo, do que é possível. E o que é possível é regulado por uma força cega, cujo atributo impiedoso é o nível da concorrência.

Passemos aos meios revolucionários. Mas eles já estão tão desacreditados que é quase perda de tempo querer raciocinar sobre eles com pessoas sensatas. As greves colocam em confronto todo o poder dos capitais enriquecidos com toda a impotência dos braços empobrecidos. É a fábula do pote de ferro contra o pote de barro. Elas só poderiam ter sucesso sob a condição de se tornarem universais, ou seja, de se transformarem na mais pavorosa e ruinosa das *jacqueries* (revoltas camponesas). Não dizemos, por isso, que uma greve, em um dado caso de injustiça patente por parte de um patrão para com seus operários, não possa ter sua razão de ser e obter uma reparação. Um patrão quer diminuir o salário de seus operários abaixo do salário pago por seus colegas e abaixo da tarifa que a concorrência permite conceder. Seus operários se entendem e o reduzem à razão, à equidade do nível comum. Isso é muito bom. Eles retornarão ao nível comum. Mas o nível comum, que faz a lei tanto para o patrão quanto para os operários, é a concorrência: sempre o estado atual e minguado dos operários, do qual parece impossível sair.

A Internacional, exasperando-se diante dessas dificuldades, perguntou-se se, ao insurgir contra a sociedade tal como ela existe todas as forças descontentes — misturando a impiedade à revolução, os instintos sacrílegos às paixões infames, o ódio contra os homens ao ódio contra Deus — não conseguiria reformar os abusos de que todos se queixam, pode-se dizer, mas aos quais ninguém sabe como escapar. O fato é que ela suprimiria todos os abusos, pois suprimiria tudo; seria o fim do mundo! Portanto, até agora, só se encontraram remédios piores que o mal.

Entretanto, o mal existe, certamente não o negamos, e devemos nos ocupar de sua mitigação. Se todos os meios tentados para melhorar a sorte dos trabalhadores falharam quando baseados no antagonismo destes com o patrão, não há então mais chance de melhora senão no coração do patrão, tornado mais humano, mais religioso e mais senhor de sua generosidade para com seus operários. Essa conclusão faz o orgulho estremecer. O direito divino do patrão é ainda mais execrável que o direito divino dos reis. Mas ninguém pode fazer nada contra isso, tendo Deus estabelecido as desigualdades intelectuais, das quais resulta que a maioria do gênero humano não viverá, e nunca viveu, senão pelo amor e pela proteção da minoria, que deve ser mais instruída e mais moral.

E aqui, não faleis em multiplicar, em generalizar a instrução. Pois nunca podereis generalizar senão a instrução primária, e é a instrução superior que é chamada a governar. Tornai, então, a instrução superior universal! Enquanto não tiverdes resolvido esse problema, o proletário estará à mercê do patrão, e o mais evidente e eficaz de seus direitos será aquele que a religião lhe dará sobre o coração daquele de quem depende. Apressemo-nos a dizer: esse coração não é insensível e, se ainda não houve o retorno da escravidão, os proletários o devem ao que resta de religião

cristã no coração de seus chefes naturais. Mas, ao lado da boa vontade e do sentimento humano, há, para o patrão como para todos, a necessidade, a fatalidade da concorrência.

Vós nos falais de grandes industriais que, apesar da concorrência, saíram dos negócios com milhões. Mas, ao fazê-lo, saís da questão. Não se deve tomar os industriais quando ganharam a vitória sobre seus concorrentes e repousam sobre seus despojos; não se deve considerá-los quando estão retirados dos negócios e separados de seus operários. É preciso tomá-los quando estão com eles, no meio deles, e quando não têm mais certeza de sair ricos da prova industrial do que arruinados. Um rico arrivista que não é beneficente é um monstro; mas um industrial que ainda não "chegou lá" e que teme não chegar, é igual a todos os que militam com ele, e não pode ser beneficente quando não sabe se ele mesmo não precisará de benefícios.

Ora, tal é a posição daquele que se chama o homem de negócios. A concorrência é seu senhor, como ele é o senhor do operário. Ora, se ele quisesse aumentar o salário realmente insuficiente do operário, a concorrência o tomaria pela garganta e o faria declarar falência. O operário vem apresentar-lhe suas queixas: "Vedes que definho a vosso serviço!". Mas o outro responde: "Infeliz, é preciso que seja assim! Se tu não definhas, eu morro!". E é verdade. Então, como quereis que ele tenha entranhas?

E quem comete todas essas iniquidades? A concorrência. A concorrência fez com que se inventasse a supressão do domingo, a supressão das crianças, a supressão dos lares, a supressão da noite, a supressão do repouso diurno, a supressão ou a redução das refeições. Ter uma máquina humana que trabalhe o máximo possível, ao menor custo possível — eis o problema a resolver que a concorrência colocou em pauta. Onde ela se deterá em sua exploração das classes proletárias? Já suas engrenagens a fazem triturar a criança com seu pai e sua mãe. A mãe já não pode mais alimentar seu filho com seu leite. Ela o coloca em uma creche comum, em um asilo que a religião cobre na maioria das vezes com suas asas, mas que o arranca de seu lar; em uma escola municipal que gostaria de criá-lo sem Deus para dele fazer um aprendiz socialista e um eleitor radical do sufrágio universal. Mal saiu da escola, a indústria passa por ali e diz: "Mas eu poderia tirar bom proveito desse garoto em minhas minas, em minhas fábricas, em minhas usinas". — "Sim", responde o médico, "mas compreendei que os membros dessa criança ainda não estão formados, que vossos trabalhos vão definhar essa criatura frágil. Somente aos quatorze anos os ossos adquirem sua primeira solidez".

Diante desse argumento da ciência, os corações se enternecem, os olhos se umedecem, e nossos legisladores votam que a criança não pode ser explorada

antes dos quatorze anos. Muito bem. Mas o ministro do comércio, instruído dessa intempestiva sensibilidade, acode. O Sr. Teisserenc de Bort sobe à tribuna: "Senhores", diz ele, "vós falais disso muito à vontade; mas é preciso uma de duas coisas: ou que as crianças de doze anos se definhem, ou que a indústria francesa sofra. Em outras condições, ela seria incapaz de sustentar a concorrência, não do país, mas a concorrência internacional. Pois, se há uma Internacional que sai do inferno, há também uma Internacional que sai da fatalidade terrestre, e esta é a concorrência universal". Diante disso, os legisladores refletem e respondem: "O coração nos sangra, mas empurremos nossas crianças para as manufaturas, antes que empurremos nossa indústria para o beco sem saída". A indústria é necessária à pátria e, assim como Ugolino devorava seus filhos para lhes conservar um pai, assim a indústria devora os filhos para lhes conservar uma pátria florescente. Eis o último termo da concorrência. Parai e contemplai esse monstro em todo o seu horror!

Mas, direis, já que a concorrência é algo tão abominável, resta apenas uma coisa a fazer: decretar a abolição da concorrência e retornar ao sistema de proteção ilimitada. De modo algum; seria morrer de outra maneira, mas ainda assim morrer. A concorrência é algo absolutamente necessário como a circulação, como o movimento, como a emulação. Toda vida, toda perfeição, todo progresso dependem da concorrência. É necessária a concorrência, mas não em excesso. É necessária uma concorrência harmônica, como é necessária uma circulação moderada nos humores do corpo humano para manter a saúde. A circulação, abaixo de um certo grau, é a anemia e a morte; acima, é a febre e a tísica, seguidas do mesmo resultado.

Mas como ter uma circulação, uma concorrência normal? O gênio de Deus havia descoberto essa lei do movimento moderado que nenhum gênio humano poderia ter descoberto. O movimento moderado consiste na lei em favor do domingo e na lei que proíbe a usura. Vossos maiores espíritos nada compreenderam disso, e aboliram a lei do domingo e ressuscitaram a lei em favor da usura. Desde então, o movimento a todo vapor está desencadeado. A concorrência percorre o mundo como uma égua ensanguentada que tomou o freio nos dentes. Esmaga sob seu casco os pobres e os ricos. Faz carnificinas sem remissão, sem cessação, sem trégua nem misericórdia. Os campos de batalha de Sedan, Metz e Wörth são arranhões perto do sangue que ela tira das veias da humanidade, por ela colocada em regime de abate permanente.

Ah! Vós ristes bem quando Santo Tomás e os outros teólogos católicos vos censuraram pelo empréstimo a juros por vender o tempo, que pertence apenas a Deus, e do qual não se pode fazer uso senão seguindo os regulamentos que Deus fez. Pois bem! Vedes agora aonde o tempo vendido vos levou? Fazeis trabalhar

doze horas, quinze horas por dia; criastes as brigadas noturnas que embrutecem os corpos e degradam as almas. Fazeis trabalhar a infância de ambos os sexos antes da idade de sua formação. Vós fazeis trabalhar aos domingos e fazeis com que, tanto quanto dependa de vós, ateu e proletário sejam sinônimos. Mas, dado o empréstimo a juros, vós tendes razão. Vossos capitais investidos na indústria são perseguidos por um juro cujo vencimento não desconta nem feriados, nem noites, nem nada. *Hurrah!* Os mortos vão depressa, mas os juros correm ainda mais depressa. É-vos necessário o rendimento de vossos capitais por homem, por máquina e por hora. Vossos capitais não dormem; por que haveriam de dormir aqueles que estão atrelados ao serviço deles? Vós mesmos, patrões, reconheceis que pouco dormis, carregando na garupa essas terríveis preocupações de juros e concorrência que galopam convosco!

Todos esses castigos estavam, contudo, contidos nas predições e ameaças da teologia. Mas que ciência tão pouco positiva era a escolástica! Uma lenda boa para mulheres carolas. Compreendei agora que ela tinha Deus por autor — Deus, que tudo sabe e tudo prevê, apesar de vós, que pouco sabeis e enxergais um horizonte tão estreito!

Cumpre agora explicar como a lei do domingo e a proibição da usura moderam eficazmente a concorrência, ao mesmo tempo em que a mantêm.

A lei do domingo, entregando seis dias ao trabalho e impondo um tempo de parada para o sétimo, forma a feliz mistura de atividade e repouso que todos os povos da terra concordaram em observar. A primeira insurreição séria feita contra esse fundamento da ordem social ocorreu à época do calendário decimal proposto pelo intruso [Bispo] Grégoire e adotado pela Convenção e pelo Terror. Mas, se esse calendário hoje só serve para datar os jornais dos *communards* [membros e apoiadores da Comuna de Paris de 1871], a insurreição antidominical continua com muito mais perigo e perseverança sob o império das necessidades industriais.

A estrada de ferro está destinada a tornar-se o regulador do movimento comercial, e já por toda parte o trem corre dia e noite, em feriados e domingos. Tudo se tentou para deter esse movimento perpétuo, mas esse novo problema do "movimento não perpétuo" ainda está por ser resolvido. A locomotiva passa por cima de todos os obstáculos. Há um milhão de homens na França e na Bélgica, servos do trilho — como nunca houve servos da gleba ou batedores de pântanos — que dormem de prontidão e que são excomungados de qualquer prática religiosa por uma condição do seu ofício. A própria Inglaterra, essa nação farisaica da observância estrita do domingo, desespera-se em frear o movimento. Consultai os guias de Londres e eles vos informarão que partem todos os domingos das estações inglesas vinte trens, contra sessenta nos dias comuns. Isso promete a

abolição, em um tempo dado, do repouso do sétimo dia. Assim o quer o capital em circulação, fustigados pelos juros.

Falemos agora da lei contra a usura em suas relações com a moderação da concorrência. Quem tem mais interesse em forçar a oferta e baixar os preços? É o intruso nos negócios. E quem é esse intruso? É aquele que, não sendo herdeiro ou possuidor de um capital suficiente para começar os negócios, ou não tendo merecido encontrar um sócio financiador, empenha o bem insuficiente que possui e, contra essa hipoteca, obtém um crédito, recebendo um capital equivalente mediante juros. O empréstimo a juros é, portanto, a arte de dobrar seus fundos ao estrear no comércio. É claro que o mutuário arrisca o dobro daquele que começa sem tomar emprestado. Ele arrisca o que é seu e o que não é seu. Ele é propriamente o inventor da falência. Mas, se ele a inventou, nada busca tanto quanto evitá-la. Isso lhe dá muito o que fazer e correr, pois ela se encontra em cada esquina. Com efeito, aquele que começa com seu próprio bem não tem juros a pagar. Por conseguinte, pode oferecer condições mais suaves ao comprador. O mutuário, obrigado a seguir a concorrência do proprietário com um ganho inferior ao dele, como resolverá o problema de sua situação temerária? Será mais ousado em suas empresas, mais impiedoso com seus operários, mais econômico com as horas de trabalho, que ele alongará, mais avarento com as máquinas, que ele sobrecarregará, com a matéria-prima, que ele adulterará, e com o produto, que ele maquiará. Ele terá o diabo no corpo a fim de triunfar sobre um negociante honesto que trabalhará higienicamente a seu lado. Às vezes poderá ter sucesso, mas terá deteriorado os preços, estragado o ofício, o mercado e, acima de tudo, seus infelizes empregados. A febre da concorrência é, portanto, acelerada sobretudo pelos comerciantes que operam a crédito, com dinheiro tomado a juros.

Mas não é tudo. O comerciante mutuário não terá apenas que sustentar a concorrência pacífica do comerciante proprietário. O que ele fez no início é tão cômodo que todos quererão imitá-lo. Terá ao seu redor uma multidão de comerciantes mutuários como ele. Com estes, a rivalidade terá modos ainda mais ásperos. É preciso esmagá-los ou ser esmagado por eles.

Aqui o *alea* (o acaso), essa divindade moderna, faz sua entrada no mundo dos negócios. Ela lhes imprime uma circulação desenfreada. Os negócios emaranham-se uns nos outros. O menor acidente nas regiões da política ou do alto comércio os faz naufragar. O número de falências é hoje tão excessivo quanto era raro quando a usura era proibida e a proibição respeitada.

Mas a vítima das falências mais digna de pena é sempre o operário. Contudo, de quem ele se queixará? Do patrão? Mas suponhamos que este seja tão honesto quanto endividado. Ora, ele é tão infeliz quanto o operário, porém com

necessidades maiores que as dele. Da concorrência? Mas a concorrência é necessária a todos: ao comprador que pagaria caro demais sem ela, ao negociante que se desleixaria sem ela, ao próprio operário que sem ela perderia seu talento. Ele não pode, portanto, queixar-se senão da concorrência ilimitada; e o que torna a concorrência sem limites é o empréstimo a juros. Sim, a grande vítima do empréstimo usurário é o operário; e sofistas cantam aos ouvidos do operário — que se embriaga com essa música — que o dia mais belo de sua vida será aquele em que o governo, com as mãos forçadas, será obrigado a lhe emprestar a juros, abrindo o "banco do povo"!

O empréstimo a juros, que lançara os negócios comerciais pela encosta das especulações, haveria de levá-los a um mundo totalmente fictício e quimérico. Expliquemos essa nova evolução de um sistema maldito. Quando tomo dinheiro emprestado a juros, é porque espero fazer render ao meu dinheiro um juro duplo ou triplo daquele que pagarei ao meu credor. Meu credor me cobra juros porque contava extrair um rendimento do dinheiro de que se desfaz. Pois bem, eu, por minha vez, o que me impediria de cobrar um juro superior sobre esse mesmo dinheiro, se eu conseguisse igualmente me desfazer dele em favor de outro, tão ou mais imprudente que eu? Então, o que fazer? Suporei que estou em condições de comprar um objeto distante ou próximo, sobre o qual haverá benefícios magníficos a realizar. Terei inclusive a arte de fazer crer nisso, como [John] Law, o primeiro, e muitos outros intrigantes depois dele, a tiveram. Emprestarei, pois, também eu, partes alíquotas dessa propriedade que tenho em vista àqueles que crerem no meu anúncio; e como, ao me despojar dessas partes ou ações, despojar-me-ei também dos lucros que elas me prometiam, que eu ia fazer, que eu estava certo de fazer, exigirei como compensação uma mais-valia de cada uma dessas ações, comparada à minha aquisição integral e proporcionada aos meus lucros entrevistos e eventuais. É assim que minha propriedade, minha manufatura, minha mina, minhas ferrovias, meus barcos a vapor, minha queda d'água, comprados com meus dinheiros tomados a juros, render-me-ão juros muito mais elevados antes mesmo de terem produzido coisa alguma, e farão para mim uma fortuna cuja causa primeira será o zero.

Emito, portanto, ações que rendem inicialmente cinco por cento de juros e, além disso, um dividendo relativo aos lucros gerais que prometo realizar. Minha indústria começa com esses encargos, que são seu passivo muito palpável, e com essas chances, que são seu ativo muito imponderável. Mas, no curso das operações, há esperanças mais inflamadas e temores mais meticulosos. Uns desejariam não ter essas ações, pois lhes parece que o chefe da exploração não poderá pagar nem os juros, nem os dividendos, nem o capital. Outros, ao contrário, veem as coisas de maneira mais agradável, ou são doutrinados com mais sucesso. Essas ações, que os primeiros já não querem, os segundos

desejariam adquirir. Mas onde ir buscá-las? Foi preciso criar um entreposto, um mercado, que se chama a bolsa, e notários da bolsa, que foram nomeados agentes de câmbio. Mas quanto valerão essas ações, obrigações e valores de toda sorte descontados sobre o futuro, oferecidos por uns e demandados por outros? Não valerão nada por si mesmas, pois ainda não há resultados lucrativos adquiridos. Mas valerão conforme o equilíbrio das esperanças e dos temores, dos entusiasmos e dos pânicos. É a alta e a baixa, obras inversas da opinião substituída pela realidade.

Suponde agora que aquele que teve medo no começo do mês recupere a confiança ao fim dele. Ele quererá recomprar o que vendeu. Mas terá vendido barato, já que o medo depreciava seu papel, e comprará caro, pois a confiança terá reaparecido. A agiotagem substitui cada vez mais o comércio regular. Nesse ínterim, todos, inclusive o próprio inventor, esquecem o objeto capital da especulação em questão, que é a exploração de tal fábrica, mina ou ferrovia. Reflete-se que se tem à mão um ganho muito mais próximo do que os resultados lentos da empresa iniciada. Fica-se por aí e, cada um fazendo-se sucessivamente mercador de esperanças e comprador de temores, joga-se na alta ou na baixa; compra-se no começo do mês, ou da semana, ou do dia, tantas ações; e se, ao fim do mês, da semana ou do dia, a opinião — que é a rainha do mundo e a divindade da bolsa — fez as ações subirem, embolsa-se o excedente; se as fez cair, desconta-se a perda.

Ainda era muito complicado comprar e vender ações. Isso supunha um movimento de fundos consideráveis. Uma grande simplificação melhorou muito esse procedimento primitivo. Já não se compra, mas avisa-se o agente de câmbio sem receber a mercadoria. Chega o fim do mês, da semana, do dia. Que diferença há entre o estado da opinião no começo e no fim? Tanto a mais, tanto a menos. O jogador que seria incapaz de ser o que chamam de um "comprador sério" — havendo tantos outros menos sérios ainda — recebe ou paga a diferença. Eis hoje o ideal do comércio. Os negócios reais, tangíveis, são bons para os deserdados da inteligência. Assim vão se depravando os espíritos e os corações, assim o homem explora o homem com uma dureza que o senhor não tinha pelo escravo. Pois o jogador da bolsa vive na abstração. Não vendo seu semelhante, não pode sentir nada de humano. Explora matematicamente. A bolsa, que é um quebra-pescoço ou um matadouro para os senhores jogadores entre si, torna-se um ser impessoal e anônimo para o proletariado, sobre quem tudo recai e a quem ela esmaga por distração:

Quidquid delirant reges, plectuntur Achivi. ("Tudo o que deliram os reis, pagam os aqueus.")

Enquanto seus pés pisoteiam as últimas camadas sociais como uma vindima de sangue, a cabeça soberba da bolsa diverte os felizes da terra com o prestígio de sua palavra. Há pouca eloquência em nossos dias. Mas nosso tempo abunda em uma tagarelice que exige recursos de espírito tão ágeis e extensos que seriam admiráveis se não fossem desprezíveis. O que se despeja por dia de contos plausíveis pela língua, pelas cartas, pela imprensa, para fazer parecer bons negócios os que são viciosos, para construir sua obra com as demolições de outra, é maravilhoso e satânico. Para preparar um golpe de bolsa, às vezes se gasta o equivalente do gênio. Os homens cometem esse abuso dos dons de Deus porque, não podendo servir a dois senhores, optaram pelo bezerro de ouro e abandonaram Javé.